

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Comentários iniciais

A análise sintática da forma como é tratada, na gramática tradicional, privilegia uma gama de conceitos que dão conta exclusivamente da estrutura frasal. Sendo assim, a frase¹⁹ é apresentada a partir dos seus termos constituintes (essenciais, integrantes, acessórios), bem como das funções sintáticas (*sujeito*, predicado, etc) desempenhadas por estes termos.

Um dos fatos que constituem objeto de crítica neste capítulo é que a gramática tradicional dispõe os termos elementares da frase, de forma que o *sujeito* seja eleito como o primeiro elemento da frase e que a partir deste distribuem-se os demais (verbo, objeto, etc).

Muitos gramáticos baseam-se no argumento lingüístico de que a concordância do verbo (em número, pessoa) é fundamental para destacar o *sujeito* como mencionei. Tal fato orchestra a prática de ensino de análise sintática nas escolas e livros didáticos – segundo o que reza a tradição gramatical – começando pelos termos essenciais: *sujeito e predicado*.

O suporte teórico em que estabelecerei a análise crítica para este estudo procurará privilegiar os autores que trabalham a estrutura frasal de forma distinta da gramática tradicional; escolhi autores que redimensionam o estudo da frase e, conseqüentemente da análise sintática, a partir do verbo.

Tesnière (1965), Busse & Vilela (1986), Vilela (1992), constituirão o primeiro grupo de teóricos escolhidos para fundamentar a abordagem a ser feita, justamente porque investigam o verbo e sua (s) valência (s)¹, ou seja, o verbo e os espaços obrigatórios pedidos por ele, dentre os quais destacamos o *sujeito* como um elemento possível para ocupar um destes espaços.

¹⁹ O termo frase a partir deste capítulo será empregado com referência a enunciado completo, ou seja, um período onde apareça pelo menos um verbo. No capítulo 2 por se tratar de revisão de literatura, respeitei as nomenclaturas adotadas pelos autores visitados. As frases escolhidas para este trabalho são predominantemente de apenas um verbo.

¹ Apresentarei mais a frente o conceito de valência verbal

Um outro teórico escolhido é M. A. K. Halliday (1994), que se destaca com relação aos autores citados porque estudo particularmente o *sujeito*, atribuindo uma força de atuação para esta função sintática a partir de papéis desempenhados pelo *sujeito*, os quais são determinados pela semântica do verbo. Como todos os autores citados podem ser aproximados da abordagem funcionalista, julguei importante justificar o por quê da escolha de uma teoria e apresentar em breves páginas o *funcionalismo*, teoria em questão.

3. 2 As Teorias Lingüísticas e o Ensino da Língua Portuguesa

“Ao lingüista não cabe tomar decisões sobre a metodologia de ensino, nem sobre questões administrativas inerentes ao processo. Sua tarefa será a de análise científica da língua e de organização da análise para uso em aula. A análise é tarefa precípua sua, mas a organização da análise com vistas ao ensino deverá ser feita num esforço conjunto com professores e pedagogos”². (M. P. Lúcia Lobato)

O ensino de Língua Portuguesa tem sido constantemente revisado. Tal revisão não pode ter como ponto de partida um espaço inconsistente, revestido de ‘achismos’ e experimentações pedagógicas aleatórias. É preciso que haja uma base, que esteja alicerçada em estudos que partam de premissas cientificamente postuladas e divulgadas. Neste sentido, é que para rever a noção sintática de *Sujeito*, precisamos recorrer às teorias lingüísticas, as quais já investigaram a língua sob um prisma diferente daquele que se pretende experimentar na prática do ensino.

Não se objetiva neste trabalho defender um modelo ou uma teoria que sejam os mais corretos. Até porque não se pode afirmar que existe um modelo ou teoria lingüística cuja aplicação ajude a resolver os problemas do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa. Entretanto, reconhecemos que dentre as várias teorias que

² Epígrafe retirada do texto *Teorias Lingüísticas e o ensino da língua materna*. In: Revista Tempo Brasileiro-Abril/Setembro, 1978.

evoluíram no tempo e no espaço na história da lingüística, existem enfoques que melhor se adequam ao espaço discursivo que pretendemos estudar.

Em vista disso, acreditamos que a renovação gramatical pode acontecer, na medida em que fazemos remissão à ciência da linguagem e às suas contribuições mais recentes. Apresentaremos, em princípio, uma divisão, proposta por Lobato (1978: 5), dos compêndios gramaticais em dois grupos: o das gramáticas científicas e o das gramáticas pedagógicas. Tal divisão favorecerá a tecitura de algumas críticas às gramáticas pedagógicas e ao ensino do *sujeito*, revisando abordagens teóricas apresentadas nas gramáticas científicas.

Sabe-se que as gramáticas científicas³ apresentam uma dada teoria sobre a língua ou a descrição de uma língua segundo um dado modelo lingüístico. Tais gramáticas submetem as gramáticas tradicionais a inúmeras reflexões sobre as teorias lingüísticas e às descrições pedagógicas nelas apresentadas. A questão é que os objetivos relativos ao ensino da língua materna são divergentes e por isso mesmo não há a possibilidade de aplicação direta das teorias existentes à pedagogia das línguas.

A escolha de um modelo lingüístico, que seja eficientemente aplicado ao ensino da língua, depende, obviamente, dos objetivos principais deste ensino, tais como: adequação ao contexto lingüístico, expansão do nível da frase para os níveis do texto e do diálogo; consideração das funções da linguagem, como a referencial, a emotiva, a poética, conativa, fática e metalingüística; a explicação não só do uso literal da frase, mas também da intenção do falante, expressa por metáforas, ironias; representação de um modelo que explique as variações no uso da língua.

Consideramos que o modelo mais propícios para o ensino são aqueles que propõem que a análise sintática comece pelo verbo, elemento central da oração, conforme já apontado por vários autores: Tesnière (1965), Brito (1986), Busse & Vilela (1992), e Halliday (1994).

³ Chamamos de *Gramáticas Científicas* àquelas que se predispõem à abordagens exclusivamente teóricas sobre a Língua Portuguesa, tais obras são usadas largamente nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação no Brasil e as Tradicionais são aquelas que se fundamentam no modelo grego. As gramáticas pedagógicas ou didáticas são aquelas que se prestam ao Ensino Fundamental e Médio, também chamadas genericamente de livros didáticos.

3.3

O Funcionalismo

A caracterização do funcionalismo de forma singular é um procedimento por demais simplificador. Tal fato se justifica porque o termo *funcionalismo* tem-se aplicado a inúmeras áreas do conhecimento, além da lingüística, também a antropologia⁴, por exemplo, teve seus trabalhos de campo equacionados a partir de esquemas funcionais. Além disso, muitos estudiosos tratam o funcionalismo como uma abordagem, em geral, ligada aos estudiosos que se identificam e postulam a metodologia dita funcional.

Pode-se afirmar que o funcionalismo é uma Escola que se utiliza de noções funcionais para a descrição de diferentes níveis de estruturação lingüística. O entendimento da língua, dada a sua situação social, desenvolveu-se em diferentes correntes, sendo que cada uma delas priorizou um objeto de análise, enfatizando - ora mais, ora menos - o nível pragmático da estruturação lingüística.

Toda abordagem funcionalista, dentro dos estudos da linguagem, concentra seus questionamentos a respeito de como o falante obtém a comunicação com a língua natural e como os usuários desta língua comunicam-se eficientemente. Segundo Martinet (1994:17) a língua se impõe não só com relação ao seu funcionamento, mas também como um instrumento de comunicação da experiência dos falantes da língua.

Nesse sentido, o paradigma funcionalista vê a linguagem como instrumento de interação social entre seres humanos mediante o uso da linguagem. A prioridade da escola funcionalista é a definição da língua como um instrumento de comunicação. A comunicação relaciona atividades socialmente definidas, as quais solicitam a participação dos falantes com papéis igualmente definidos. Comunicar abarca, portanto, uma gama de eventos discursivos encontrados numa sociedade.

⁴ Na antropologia, o termo funcionalismo teve origem nos trabalhos de Malinowski (1923, 1935) e Radcliffe Brown (1922, 1931), ambos influenciados por Durkheim. Tanto Malinowski quanto Radcliffe Brown reagiram contra o paradigma evolucionista, da 1ª década do século XX, e passaram a enfocar fatos culturais de cada grupo em relação às próprias instituições destes grupos

As abordagens funcionalistas podem ser divididas em três vertentes e recorreremos à sistematização apresentada por Nichols (*Apud* Neves: 1994, p. 116) por consideramos pertinente para posterior justificativa da tendência a que vamos fazer referência. Assim, temos, no dizer de Nichols, a vertente *conservadora* que aponta falhas no gerativismo e no estruturalismo sem propor uma análise alternativa; a *moderada* que também aponta as falhas do gerativismo e estruturalismo, porém propõe uma análise alternativa e a *extrema* que nega as estruturas - nega, portanto, as duas teorias citadas- e se baseia apenas nas funções .

Esta tripartição do pensamento funcionalista é importante para situarmos as fundamentações teóricas correntes que serão utilizadas nesta dissertação. As correntes às quais faremos menção a fim de nos posicionarmos com relação às questões levantadas são: a Teoria de Valências – que tem origem nos estudos de Tesnière (1965) – continuidade com Busse & Vilela (1986); Vilela (1992) e Borba (1986) e os apontamentos feitos por Halliday (1994) , principalmente no que tange aos papéis do sujeito.

3.3.1 Um pouco da história do Funcionalismo

Do ponto de vista histórico, costuma-se afirmar que o funcionalismo teve início com a proposta do Círculo Lingüístico de Praga. Entretanto, ao reportarmos-nos ao século IV (384 a 322 a C) teremos uma descrição feita por Aristóteles do princípio que rege o funcionalismo, a correlação - ou isomorfismo - entre forma e função (Givón, 1995, p.3)⁵:

“(...) Agora os sons falados [= palavras] são símbolos de afeições da alma [= pensamentos], e as marcas escritas são símbolos de sons falados. E exatamente porque as marcas escritas não são as mesmas para todos os homens [=específicos da língua], nem o são os sons falados. Mas o que são em primeiro lugar é sinais de – afeições da alma – são os mesmos para todos [= são universais]; e o que essas afeições são semelhanças de – coisas reais- são também as mesmas .”

O verdadeiro início das idéias funcionais pode também ser reportado ao século IV a C. com Zenão de Cútio (332 – 262 a C.), cuja postura considera mais o uso da língua – como ela efetivamente é - apoiando-se na irregularidade, tendo-se

⁵ Tradução feita por Maria de Fátima Duarte Henrique dos Santos

como exemplos as derivações. Com base também na irregularidade da língua, contribuíram igualmente os *estóicos anomalistas*, os quais afirmavam que não existe uma correlação unívoca entre a forma de uma palavra e o significado desta. Para os estóicos anomalistas os significados das palavras não existem fora do contexto onde elas aparecem.

Varrão (séc. II a.C), cujos escritos representam a base da morfologia, valeu-se mais das idéias dos estóicos, privilegiando a diferença entre flexão (variação natural, regularidade) e derivação (variação voluntária, irregularidade). Varrão concluiu que a língua é regular e regrada, porém comporta irregularidades, com exceções tanto no plano gramatical quanto no semântico. Este gramático latino deu-se conta da natureza pragmática da linguagem no que tange aos reflexos no léxico decorrentes de uma determinada área de atividade ter maior ou menor interesse dentro de uma determinada cultura.

Esse olhar sobre a língua foi retomado no século XIX por Humboldt, em suas concepções sobre *estrutura e uso*. A tese de que “a estrutura da língua expressa a vida interior e o conhecimento de seus falantes, e de que as línguas devem diferir entre si da mesma forma e na mesma proporção que aqueles que a usam” (Robins: p. 19) abre caminho para a dicotomia saussuriana sobre “língua” e “parole”. No final do século XIX, os neogramáticos propuseram hipóteses e princípios metodológicos explícitos capazes de explicar os fenômenos de mudança lingüística, elevando a Lingüística à condição de ciência. Os neogramáticos viam a língua como um produto coletivo dos seres vivos, diferente de Saussure, que influenciado por Durkheim, via a língua como “fato social”.⁶

Saltando para o século XX, mais precisamente para a década de 50, a ciência da linguagem assiste ao nascimento da Escola Gerativo-Transformacional e às mudanças provocadas por esse novo paradigma. O período entre as produções estruturalistas e as gerativistas foi ocupado por um grupo de estudiosos que se organizaram no Círculo Lingüístico de Praga, em 1926 sob a iniciativa de V. Mathesius. É na Escola de Praga que são lançadas as bases para o desenvolvimento

⁶ Para os funcionalistas a gramática é natural na relação entre a gramática e a semântica de uma língua. Entretanto com relação ao significante e significado das palavras é arbitrária, tal qual nos coloca Saussure.

do funcionalismo. Fruto de um trabalho coletivo, as teorias do Círculo Lingüístico de Praga estão documentadas nos *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, constituídos por oito volumes que foram editados entre 1929 e 1938.

O ponto específico a partir do qual se pode relacionar o funcionalismo com o Círculo de Praga é que ambos conceberam a linguagem como um sistema de comunicação e que ambos preocupavam-se com os usos e funções da linguagem. O enfoque principal da teoria funcionalista consiste em analisar o desenvolvimento do discurso, ou seja, “organizar os traços que o caracterizam como tal e o distinguem de uma lista de frases não concatenadas entre si” (Halliday: 1996)

Sobre linguagem, destacamos inicialmente, de acordo com o CLP, que a linguagem é uma instituição social, e, como tal, difere de comunidade, só adquirindo valor funcional entre os membros de determinado grupo. Sobre a língua, como instrumento, ressaltamos, que ela apresenta a função essencial de comunicação, permitindo aos indivíduos de um mesmo grupo social relacionarem--se uns com os outros. As transformações que se registram na língua ao longo dos tempos nada mais são do que uma fórmula para se adaptar, de maneira mais econômica, às necessidades de comunicação da sociedade. Cabe ressaltar que no Círculo Lingüístico de Praga uma das análises mais interessantes a respeito do desenvolvimento e da pesquisa deste evento é o fato de vermos presentes nele dois posicionamentos teóricos diferentes: o estruturalismo e o funcionalismo.

Interessa-nos mencionar, mesmo que de forma breve, as três teses apresentadas no círculo, as quais contribuíram de modo relevante para a organização da escola que estamos apresentando:

- A primeira tese destinou-se a dois objetos exclusivos: a língua como sistema funcional e os problemas de método que derivam da concepção e a prioridade da análise sincrônica dos fatos da atualidade ;
- a segunda deteve-se ao estudo das tarefas que devem ser enfrentadas no estudo de um sistema lingüístico;

- a terceira tese examinou as diversas funções lingüísticas e o modo como modificam a estrutura fônica e gramatical e a composição lexical de uma língua.

Estas três teses foram responsáveis pela introdução dos termos função/funcional na lingüística. Além da Escola de Praga não podemos deixar de mencionar outros trabalhos como o de Dwight Bolinger (apud Nichols, 1984) que priorizou questões relativas aos estudos da pragmática.

Toda concepção de linguagem, que passou a ser discutida desde o Círculo, bem como as conseqüências de todas as mudanças de pensamento, foram retomadas na década de 70, tanto na Europa quanto nos EUA, sob o rótulo de Funcionalismo, que abriga, assim, correntes distintas. Vale a pena afirmar que, dentro da evolução do pensamento lingüístico, o funcionalismo é uma teoria em franco processo de construção.

3.3.2

O modelo funcionalista em questão:

Já dissemos o quanto é difícil apresentar o funcionalismo no singular, como se tal abordagem se constituísse como um modelo único. Sabemos que o termo funcionalismo rotula várias modalidades da descrição lingüística e da aplicação pedagógica às línguas e ao ensino. (Bechara, 1991, p.7)

O momento é propício para, finalmente, apresentarmos os teóricos que – considerados moderados, por defenderem a inadequação do formalismo e do estruturalismo estritos - propõem alternativas funcionalistas para análise lingüística. Tais teóricos parecem fazer juz à proposta aqui apresentada, a qual visa a debater a impropriedade das definições para o ensino e o estudo do sujeito gramatical.

Dentro de uma concepção funcional a lingüística deve não apenas considerar o nível formal da língua: fonológico, morfológico e sintático, mas também os níveis semântico e comunicativo. Quando falamos em nível comunicativo, estamos falando em Pragmática. A referência ao nível comunicativo, obrigatoriamente, obriga-nos a

falar em dois sistemas de regras: as semânticas e as pragmáticas. As regras pragmáticas regem a interação verbal como uma forma de atividade cooperativa e as regras semânticas estarão também associadas às regras fonológicas, sintáticas e semânticas, só que estarão ligadas às expressões lingüísticas, as quais serão utilizadas como instrumento para a atividade comunicativa.

As tendências atuais da lingüística contemporânea consideram a linguagem como um processo de evolução contínuo que se realiza através da interação verbal-social dos interlocutores. As leis de evolução lingüística são essencialmente sociais. A criatividade da linguagem não pode ser compreendida independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que se ligam a ela.

A interação verbal é uma atividade cooperativa, porque precisa de dois participantes e é estruturada porque é governada por leis, normas e convenções. Do ponto de vista funcional a lingüística necessitaria tratar de dois tipos de sistemas de regras: as regras que governam as configurações das expressões lingüísticas (as regras sintáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas) e as regras que governam os padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas, especificamente as regras pragmáticas.

As expressões lingüísticas dentro do paradigma funcional não são objetos formais abstratos, ao contrário, suas propriedades são sensíveis às determinações pragmáticas da interação verbal. Interessa saber que funções são exercidas no processo de comunicação verbal. As regras de interação social e as regras lingüísticas constituem juntas o sistema lingüístico subjacente à interação verbal.

Sendo assim, o modelo funcionalista em questão, investigará não somente os aspectos intralingüísticos, mas também os extralingüísticos, uma vez que a língua é concebida no seu uso pragmaticamente. Para os funcionalistas a língua é interpretada como um sistema de relações, sendo as estruturas lingüísticas derivadas deste sistema dinâmico. Para cada função lingüística é atribuído um significado e para cada significado uma função. Examina-se a língua dentro do modelo apresentado partindo da forma ao encontro da função ou vice-versa.

Assim, função pode ser estudada com relação ao uso (intenção do usuário) ou papel/ ou efeito do uso. Nichols (ibid. , 118) apresenta cinco tipologias para a palavra

função e esta classificação é importante para se compreender as relações necessárias quando fizermos a análise da noção sintática de *sujeito* a partir das funções identificadas por Halliday na frase.

Tipologias do Termo Função Segundo Nichols (1984)	Definição
1) <i>função como propósito</i>	caracteriza a relação entre as formas lingüísticas e a comunicação;
2) <i>função como contexto</i>	a língua deverá refletir o contexto em que se realiza o ato da fala;
3) <i>função como interdependência</i>	os elementos lingüísticos relacionam-se, tal qual na Matemática, interdependentemente;
4) <i>função como relação</i>	aplica-se à relação entre os elementos e as unidades estruturais de nível mais alto
5) <i>função como significado</i>	toma-se a pragmática aliada à semântica para o estudo das formas lingüísticas

Como se pode observar a conduta científica, na qual pretendemos inserir este trabalho, relativiza a forma estática com que a língua é tratada dentro de uma perspectiva normativa. O modelo funcionalista amplia, redimensiona um olhar diferenciado sobre a língua, sustentando a premissa de que forma e conteúdo escapolem dos limites da gramática prescritiva, para serem analisadas sob o viés da comunicação e do uso.

3.4

Gramáticas e Teorias Revisionistas

Da mesma forma que apresentamos um perfilar de gramáticas que tratam do *sujeito* antes e depois da NGB – tomada como parâmetro para a omissão ou inclusão de nomes e tipologias – apresentamos a seguir estudiosos e gramáticos que revisaram, sob a influência de teorias lingüístico-gramaticais, o tema até aqui proposto. Assim são eles:

- Tesnière (1965)
- Lyons (1976)
- Halliday (1994)
- Busse & Vilela (1986)
- Borba (1996)
- Neves (1997); (2000); (2001)
- Mira Matheus et alii (1989)

3.4.1

A Gramática de dependências: Tesnière

Lucien Tèsniere tem sido constantemente citado todas as vezes em que se faz menção à *Gramática de Valências*. Não poderia ser diferente, uma vez que ele é considerado um dos primeiros estudiosos a desenvolver a gramática de dependências. A sua concepção de estudo – desenvolvida com base na gramática francesa – considera o verbo como o centro da frase, sendo em vista disso citado por outros autores que deram continuidade e desenvolveram as suas idéias dele, como Busse & Vilela (1986), Neves (1997); (2000); (2001), entre outros.

A gramática de Tesnière (1965)⁷ basea-se na relação de dependência de um elemento básico da frase com relação a outro. Cumpre esclarecer que tal relação significa uma relação de (co) ocorrência, ou seja, a dependência justifica-se caso a possibilidade da existência de um elemento pressupuser a presença de outro elemento, como em:

⁷ A primeira edição do livro foi publicada em 1959, esta é a segunda.

(88) Um amigo muito querido faleceu esta semana.

(89) Um amigo muito faleceu esta semana.

Nestes dois exemplos (88) e (89), podemos verificar que o elemento *muito* – advérbio – só pode ocorrer nesta posição se houver outro elemento, como, no caso, *querido* (adjetivo). O elemento *muito* em (89) depende de *querido*.

Explicitada esta relação de dependência, mencionada por Tesnière (1965), cabe ressaltar que para a gramática de dependências – assim como a de valências, por isso o motivo da citação constante deste autor – o *verbo* é o elemento de que dependem todos os outros, ocupando a posição central na estrutura frasal. Segundo Tesnière, o *sujeito* e os complemento direto e indireto⁸ são denominados *actantes* e ocupam posição central; por outro lado, os complementos adverbiais são denominados *circunstantes* e ocupam posição periférica.

Assim, L. Tesnière desenvolve a Teoria das Valências, a partir da qual considera o verbo o centro dinâmico da frase que estabelece relações de dependências com os demais elementos constituintes. Esses elementos – são termos exigidos para a complementação valencial no plano das realizações⁹, apresentam valor semântico e sintático na estrutura frasal e são regidos pelo verbo, que determina quais são as relações de dependência (Brito, 1991, p. 39).

3.4.2

A teoria de valências

Busse & Vilela (1986, p. 13) chamam de lexemas relacionais – as palavras – que estabelecem e possuem relações com outros lexemas, a própria estrutura do lexema, segundo eles, possui um significado de relação. Segundo Vilela e Kock

⁸ O termos objeto direto e objeto indireto, adjunto adverbial, comuns à gramática tradicional, são substituídos por complementos.

⁹ O Plano das Realizações (PR) e o Plano das Potencialidades (PP) estão vinculados à potencialidade do verbo.

(2001; p.36); Busse & Vilela (1986, p.13) a valência corresponde a uma rede de relações abstratas que se estabelecem em torno de um determinado lexema, definindo-se também em nível lexical.

O termo que está contido na estrutura de outro termo é o lugar (espaço) vazio ou *argumento* ou *actante*. Segundo Tesnière, o conceito de valência refere-se também ao número de *actantes* que o verbo pode reger: “ ao conjunto de relações que se estabelecem entre o verbo e seus actantes, ou argumentos obrigatórios, ou constituintes indispensáveis” chama-se valência (Neves, 2002, p.105).

Cumpre acrescentar que os *actantes* são em número limitado, enquanto os *circunstantes* são em número ilimitado. Os circunstantes não são determinados pela valência do verbo, mas descrevem circunstâncias do processo verbal como modo, tempo, finalidade, entre outras.

O conceito de valência substitui a crença na frase como uma cadeia linear pelo reconhecimento de uma estrutura hierarquizada com relação de dependências fixadas pelo verbo. Este é explorado não só do ponto de vista sintático, mas também do ponto de vista semântico, sempre com relação aos elementos pertinentes e distribuídos num processo, subordinadamente, a um nó central.

Desta forma, tal teoria abala o que a tradição gramatical perpetua: a divisão da sintaxe em dois eixos, ocupados pelo *sujeito* e *predicado*. Além disso, abrange o desenvolvimento e sistematização de um grande número de noções da tradição gramatical (como a transitividade, a concordância, etc.) :

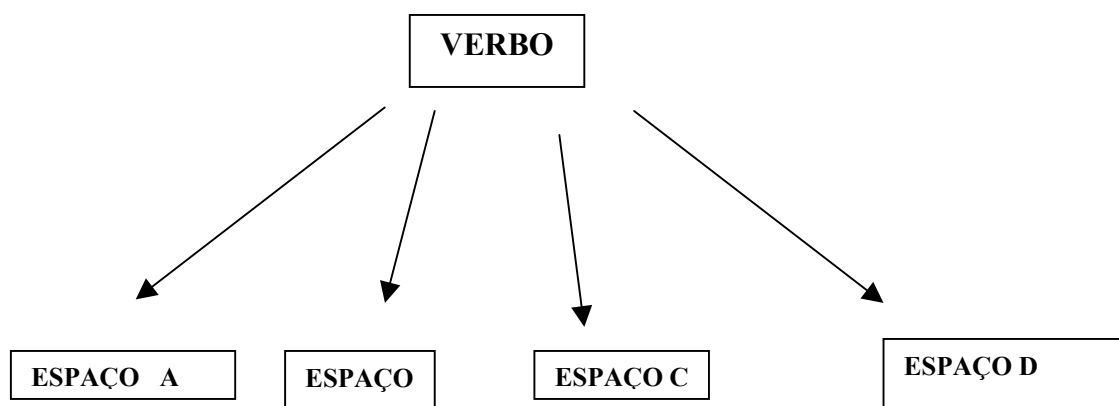
“A tradição de consideração lógica da frase que vingou nos estudos ocidentais *vincula-se* à lógica platônica e aristotélica. Essa tradição (...) biparte a frase em dois elementos, o *sujeito* (*hypokείμενον*, ‘suporte’, da predicação) e o *predicado* (*rhêma*, ‘predicação’, comentário)” (Neves, *ibidem*, p. 103).

3. 4.3

O verbo e os seus complementos

Ao tratarmos do verbo como o centro dinâmico da frase, consideramos o que tem de específico cada verbo ou grupo de verbos, a fim de que se possa avaliar melhor de forma mais propícia a complementação.

Brito (1991, p. 17) apresenta aquilo que é fundamental para o estudo da (s) valência (s) verbal (s), que é a discriminação da potencialidade dos complementos do verbo. Temos, assim, a oportunidade de prever que tipos de elementos nominais o verbo solicitará. O esquema básico fica definido assim:



A complementação verbal, segundo Brito (1991, p. 19) cumpre, portanto, suas exigências em dois planos: o potencial (PP) e o plano das realizações (PR). Tem-se, ainda, segundo o esquema básico acima à esquerda do verbo o *Espaço A* (Sujeito); enquanto que à direita poderão ocorrer no máximo três espaços nominais básicos, chamados *Espaço B* (objeto direto, complemento relativo; objeto indireto, complemento relacional opcional; predicativo do sujeito; complemento locativo; complemento indicativo de medida; complemento especificativo ou restritivo)¹⁰; *Espaço C* (objeto indireto, complemento locativo complemento relativo opcional; *Espaço D* (complemento locativo).

O Espaço A corresponde àquele que vimos estudando neste trabalho, sendo um complemento do verbo ocupado pelo sujeito. A lingüística americana chama de argumentos e muitos autores estudam-nos, estabelecendo as devidas relações dos ‘espaços’ a serem preenchidos com o verbo: Halliday (1994) menciona os papéis que se liga a processos; Tesnière (1969) afirma que os actantes são seres ou as coisas que participam do processo; Lyons (1976) fala em lugares relacionados a verbos.

¹⁰ Segundo Brito (Ibidem, p.33) a tradição gramatical fala em verbos de ligação, transitivos e intransitivos. Para o estudo das valências verbais, a autora apresenta apenas os verbos transitivos e intransitivos, opção que também se faz neste trabalho.

Assim, considera-se que o PP (Plano Potencial) elege os espaços– complementos indispensáveis semanticamente, constituídos por elementos nominais básicos e distribuídos em número e espécie de acordo com a carga semântica do verbo. Neste plano é que se delimita o que é ou o que não é complemento verbal. Por outro lado, no PR (Plano das Realizações), um elemento que é essencial do ponto de vista semântico pode não vir sintaticamente explícito na frase. O quadro abaixo favorece uma visão geral sobre a teoria que está sendo proposta.

	Espaços Nominais Básicos	Espaço A	VERBO	Espaço B	Espaço C	Espaço D
(90)	Nenhum		Chove			
(91)	Um	O cão	late			
(92)	dois	Zélia	comprou	um cartão telefônico		
(93)	dois	Zélia	é	amiga		
(94)	Três	Zélia	ofereceu	o cartão telefônico	ao amigo	
(95)	quatro	Zélia	levou	a sua bagagem	do pensionato	para a casa da mãe

No exemplo (90) temos o verbo *Chover* que não se liga a nenhum espaço-complemento; (91) que têm o espaço A, como o único a ser preenchido. O verbo *latir* só admite este argumento e o preenchimento deste espaço; (92) existência de dois espaços A e B, ligados por um verbo *ser*; (93) o verbo *comprar* relaciona-se a necessidade de preenchimento de dois espaços-complementos; (94) o verbo *oferecer* faz parte do grupo de verbos ligados a três espaços; (95) o verbo *levar* exemplifica o tipo de verbo que tem o número máximo de elementos nominais básicos.

Com isso favorecemos uma pequena mostra das relações que se estabelecem entre os verbos e os espaços obrigatórios a serem preenchidos. Não se pretende neste trabalho restringir algum tipo de análise a um grupo de verbos, porque o objetivo principal é o estudo das definições. Por isso, a análise crítica será feita a partir de modelos como estes, ambicionando facilitar qualquer tipo de compreensão pedagógica.

3.4.4

O verbo e sua valência

Vimos anteriormente que os verbos relacionam-se com os seus complementos, semanticamente, definindo a necessidade ou não de espaços-complementos. A Valencia pode variar de acordo com os lexemas. Alguns verbos como *nevar*, *trovejar*, não admitem o espaço A – destinado ao sujeito –, mas admitem o espaço B, destinado a um complemento indicativo de medida, por exemplo. Verbos na terceira pessoa do plural ou na terceira pessoa do singular seguidos da partícula ‘se’ , admitem semanticamente o espaço ‘ A’, mas não necessariamente do ponto de vista sintático . Por exemplo, (96) *Destruíram o edificio antigo*. Semanticamente, reconhecemos que alguém ou um grupo *destruiu* o *edificio*, mas não a obrigação de se explicitar sintaticamente, porque o verbo traz a marca desinencial. Em vista disso, quanto ao número de lugares vazios, espaços a serem preenchidos, podem existir (Neves, 2002, p.105):

- *verbos avalentes* – sem qualquer lugar vazio ou actantes – considerados impessoais para a gramática tradicional;
- *verbos monovalentes* – com um espaço vazio ou actante – verbos intransitivos para a gramática tradicional;
- *verbos bivalentes* – dois espaços vazios ou actantes – verbos transitivos diretos ou indiretos para a gramática tradicional;
- *verbos trivalentes* – três espaços vazios ou actantes – verbos transitivos diretos e indireto para a gramática tradicional;
- *verbos tetravalentes* – admitem quatro espaços vazios, mas são admitidos apenas por alguns autores. Ex: traduzir e mudar, que indicam movimento de um ‘ lugar’ para ‘outro’.

Em suma, a gramática de valências organiza-se em torno dos elementos que são obrigatórios para o verbo. Aqueles que significam informação complementar, são denominados elementos livres ou circunstantes. Na frase (97) ‘Paulo caminhava lentamente’, *lentamente* é um *circunstante*, por que não é um *argumento ou actante* e nem preenche um espaço obrigatório.

3.4.5

Actantes (ou argumentos)

Actantes (ou argumentos) correspondem, na gramática de valências, aos espaços pedidos pelos verbos, indispensáveis para a sua realização. Dentro de uma concepção tradicional de gramática temos duas observações a fazer: *actantes* correspondem na gramática tradicional a *sujeito e objetos* ; a relação dos verbos com seus elementos indispensáveis dá-se pelo estudo da transitividade.

A transitividade, sob o ponto de vista da tradição, vem sendo encarada como um fenômeno que se inicia no verbo e que termina no complemento disposto à direita. Mas do ponto de vista das valências, a complementação verbal investiga ,

primordialmente, o verbo, bem como as características dos complementos relacionados a ele.

Neste trabalho a prioridade será analisar o sujeito, que ocupa o espaço ‘ A’ – à esquerda do verbo. Sabemos que o sujeito apresenta, como vimos no capítulo 2, algumas especificidades em língua portuguesa: pode ser indeterminado e também pode ser expresso pela desinência verbal, sem aparecer em princípio explícito. O fato é que o verbo – na teoria de valência – “especifica que tipo de *sujeito* ele aceita (ou até se não aceita o *sujeito*, como também determina o tipo de complemento à direita (ou até se há ou não esses complementos)” (Brito, 1991, p. 12).

3.5

O Sujeito como Complemento

A noção de transitividade merece especial atenção neste trabalho. Isto porque transitividade aqui será definida como “predicação incompleta” (Brito: 1986) e porque o *sujeito* é compreendido como um complemento. O verbo tem o plano potencial e o plano das realizações, o primeiro equivale aos espaços nominais básicos ligados ao verbo. O segundo são as possibilidades de preenchimento destes espaços. O verbo da Língua Portuguesa pode vir relacionado a um, dois, três e quatro espaços¹¹.

Muitos são os autores que têm atribuído ao verbo o papel fundamental da frase, como Halliday (1967: 38); Tesnière (1969) entre outros . Estes já fizeram alusão ao fato de que o elemento tradicionalmente denominado *sujeito* também estabelece uma relação íntima com o verbo. Na verdade, o único elemento que não pode faltar numa frase é o verbo, ele é que determinará o tipo de *sujeito*.

Tradicionalmente divide-se a oração em dois constituintes com um sintagma nominal (SN) e outro sintagma verbal (SV). Segundo este modelo (Cunha: 1982), sabemos que *Sujeito* e *Predicado* são colocados como termos essenciais da oração. Azeredo (1995, p.45) afirma que:

¹¹ Espaços aqui está sendo usado no sentido de complemento.

“A oração é a unidade gramatical cujo eixo é o verbo” e que toda oração “contém um predicado, constituído de um verbo predicador ou de um verbo transpositor. Se o verbo é pessoal, a oração contém também um sujeito, e se é transitivo, o predicado contém também um objeto”.

A partir de tal definição Azeredo (ibid., p. 46) afirma que o único constituinte indispensável à existência da oração é o predicado. Além disso, faz menção à impropriedade de se colocar o predicado como um constituinte subordinado ao *sujeito*, uma vez que tal colocação situa os dois termos em posição de hierarquia. Para Azeredo a concordância do *sujeito* com o verbo é gramatical, feita pela pessoa e número e pretendida por aspectos de coesão textual e não por hierarquia. Mesmo porque há exemplos de concordância do verbo com o objeto (“Admiram-se escritores, Fazem dois meses, São duas horas). Busse & Villela (1986) fazem referência a este aspecto abordado por Azeredo (1995):

“A chamada conjugação objectiva, verificável em algumas línguas, mostra que o verbo pode ser marcado morfologicamente em relação ao objeto, e ao mesmo tempo nas línguas europeias encontramos casos em que o objeto directo determina a concordância do verbo, como acontece nas relativas em francês (Les femmes que j’ai vues)”. (idem, 1986, p. 42)

Para Azeredo (2000, P.159), a Oração sem Sujeito também desfaz a definição tradicional de *sujeito* que o coloca como essencial e conclui que se o *sujeito* é inexistente, então só o predicado é de fato imprescindível. Logo, podem existir orações sem sujeito, mas não podem existir orações sem predicado. Quando Cunha (1982) apresenta a possibilidade da existência de predicados elípticos, ele está levando em conta um aspecto semântico e não estrutural.

Azeredo (2000, p. 150) enfatiza que “sem verbos teríamos uma enumeração de seres e objetos, mas não fatos, pensamentos e raciocínio”. Para ele o predicado é fundamental e seu núcleo estruturante, devido à versatilidade mórfica e sintática do verbo. O autor (id., ibid., p. 173) trabalhará com um conceito de *Sujeito* que encontra precedentes na Gramática de Valências (Busse e Vilela, 1986).

A *Gramática de Valências* de Busse e Vilela (1986) traz importante consideração sobre o *sujeito* e sua definição. Segundo estes autores a história da tradição gramatical e toda sua teoria, sempre atribuiu ao *sujeito* um papel de destaque, porque a ele foi destinada a responsabilidade de formar junto com o

predicado a oração. Muitos argumentos contribuem para a quebra desta tradição¹², um deles é o que diz respeito às Orações sem Sujeito, como em *Novou* em que a partição binária da frase torna-se impossível.

A Gramática de Valências (1986) considera que, do ponto de vista estrutural, o *sujeito* deve obedecer às mesmas restrições, com relação ao verbo, que os outros *actantes* (complementos verbais) da frase, logo temos neste caso o *sujeito* como um termo integrante e não essencial. O que torna *sujeito* especial são aspectos que apenas dizem respeito ao nível pragmático-textual da frase, porque do ponto de vista estrutural o *sujeito* é um complemento da mesma ordem dos objetos. A partir de então, temos uma nova perspectiva de *sujeito*, colocado no mesmo grupo dos actantes ou complementos verbais.

Koch e Vilela (2001) sistematizam o quadro geral dos actantes ou argumentos e apresentam o *sujeito* como a Argumento 1 (A1), listando outros dez tipos, entre os quais incluem os objetos, os complementos preposicionais, locativos, temporativos, modativos entre outros. Caracterizam o (A1), a partir do *sujeito* tradicional, como aquele que possui posição não-marcada antes do verbo; anaforização através de formas pronominais (eu, tu, ele, isto e variantes), permitindo a interrogação: ([quem é] que faz? +V+ (A2)+ (A3)+...).

Para Koch e Vilela (2001,p.367) o “sujeito é o elemento frásico obrigatório e, conjuntamente, com o predicado, constitui a frase mínima e estabelece concordância, em pessoa, número, com a forma verbal”. Falam também que o *sujeito* fica incorporado à forma verbal, caso não seja representado por nome ou algo equivalente. O *sujeito*, na visão destes autores, é configurado pela semântica do lexema predicado, dependem diretamente da semântica do predicado.

A partir desta constatação, considere importante fazer menção aos papéis do *sujeito* apresentados por eles (Koch e Vilela, 2001, p.369) como:

- Autor (Pedro devolveu o livro à biblioteca);
- Destinatário (A Rosa recebeu o livro);

¹² Tesnière foi o primeiro a considerar o verbo como núcleo semântico e estrutural da frase, por isso seu trabalho é de extrema relevância, mesmo que o material lingüístico de sua referência seja a Língua Francesa

- Alvo da Ação (O livro foi devolvido);
- Aafetado (O doente desmaiou);
- Posicionador (A visita ficou durante duas horas de pé na rua);
- Instrumento (Esta chave abre a porta);
- Lugar (Fátima está sempre cheia de turistas no verão).

Cumprе acrescentar que outros autores também apresentam os papéis do sujeito, entre eles Borba (ibid., p.20). O caso dos verbos impessoais (verbos meteorológicos e haver no sentido de existir) é tratado pelos autores como marcadores de lugar ou de usos enfáticos, próprios da linguagem falada e não têm qualquer *sujeito*. Mesmo que possam ocorrer *sujeito* com verbos próximos dos verbos meteorológicos como no exemplo: “Assim, que o dia amanheceu lá mar alto da paixão” (Djavan –Oceano).

Mira Matheus et alii (1989), afirma que o Português é uma língua SVO (sujeito-verbo-objeto), que o verbo concorda com o *sujeito* em pessoa e número, que é uma língua de *sujeito nulo*, ou seja, que é uma língua que admite *sujeitos* sem realização lexical em frases finitas e que o sujeito ocorre como um argumento externo do predicador:

“é o argumento (*complemento*) que ocupa uma posição externa máxima definida pelo predicador, (...) o SU pré-verbal é o constituinte (nominal ou oracional) imediatamente dominado por F; o Su pós-verbal é o constituinte adjunto ao nó SV” (Mira Matheus, 1989, p. 161)

A justificativa dada por Matheus et alli (1989) para o sujeito (SU) ocorrer na primeira posição argumental, ³³ é que tal argumento controla processos gramaticais como a concordância, a anáfora frásica e os pronomes anafóricos. Sobre a nulidade do *sujeito*, teremos que quando o SU é um pronome não-enfático, tem-se realização nula: *Comprei vinte laranjas*, mesmo que este pronome possa ser recuperado em : *Eu comprei*.

³³ KOCh E VILELA (2001) também posicionam o SU como A1 e apresentam tantos outros argumentos.

Acrescentando às contribuições dadas por Borba (1991) e Koch e Vilela (2001) sobre as funções semânticas do *sujeito*, Azeredo (2000, p.173) também faz menção ao *sujeito* como um Sintagma Nominal que não se caracteriza apenas por um papel semântico na frase, mas por ser um lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais, apto a abrigar qualquer noção compatível com o conteúdo do verbo em questão.

Todas as questões colocadas acima sobre o papel do sujeito levam-nos a compreender que de fato em todas as definições de *sujeito* pesquisadas, nenhuma menciona a relação semântica do sintagma nominal com o verbo, todas enfatizam apenas a relação sintática. Sabemos que algumas definições privilegiam o *sujeito* como agente na frase, sobre isto Azeredo (ibid., p. 173) afirma que “os verbos transitivos que denotam ação envolvendo um sujeito e um objeto referentes a seres animados atribuem ao primeiro papel de agente e ao segundo de paciente”.

Muitos exemplos podem ilustrar a afirmação acima, em que verifica-se na voz ativa a função sintática de agente para *sujeito* e na voz passiva a função sintática de paciente, sem que, contudo, os papéis semânticos sejam alterados:

(96) O ladrão perseguiu o policial.

(97) O policial perseguiu o ladrão.

(98) O policial foi perseguido pelo ladrão

(99) O ladrão foi perseguido pelo policial.

Têm-se verbos que só admitem seres humanos como *sujeito*, mesmo que muitas vezes este *sujeito* não venha materialmente expresso como em: *Comer é bom; Roubaram a loja, Vende-se jóias*. Neste caso, teremos mecanismos oferecidos pela língua para indeterminar, ocultar ou dissimular a identidade do *sujeito*, o que as gramáticas tradicionais vêem como *sujeitos* indeterminados.

Azeredo (2000) explica que a espécie de *sujeito* será controlada por um predicator (verbo)³⁴, que é um constituinte do predicado. Tal explicação permite-nos compreender porque orações cujos verbos sejam : *chover, trovejar, relampejar*, o sujeito seja nulo. O sujeito é nulo ou inexistente porque *Chover, trovejar e relampejar* são predicares que recusam o *sujeito* e também o objeto. Diferentemente, quando o verbo é *ser* ou *estar*, a seleção do *sujeito* será feita por outros argumentos ou constituintes adjetivos ou participio. Dessa forma, a compatibilidade será mantida não pelo verbo, mas sim pelos constituintes.

Dando continuidade à polêmica da representação dos papéis semânticos do *sujeito*, encontramos com relação aos verbos transitivos de ação alguns que não podem se referir a um ser animado e o *sujeito* não pode desempenhar o papel de agente. Diante disto, a função sintática permanece inalterada, mas os papéis do *sujeito* são distintos. Os exemplos dados por Azeredo (op. cit., p. 17) são:

(100) A chuva alagou a cidade.

(101) A pedra bloqueou a via.

(102) O cofre guardava preciosa documentação.

(103) O forno queimou o bolo.

Por outro lado, também verificam-se verbos transitivos cujo *sujeito* mesmo animado não é o agente, mas o ser afetado pelo acontecimento a que a frase se refere. Ao colocar o *sujeito* como um lugar sintático de preenchimento obrigatório, Azeredo (2000) subentende a teoria de valência, que segundo ele, é o conjunto de posições estruturais que irradiam de um verbo (Azeredo: 2000, p.172) .

O verbo ocupa o centro da construção da oração e à volta dele existem posições estruturais a serem preenchidas pelos sintagmas. A classe e o conteúdo dos

³⁴ Segundo Azeredo (2000, p. 176) os verbos que exigem a espécie do *sujeito* da oração chamam-se *predicadores* e aqueles que não fazem essa exigência e obrigatoriamente introduzem predicares verbais (infinitivo, gerúndio e participio) e não-verbais se chamam instrumentais

sintagmas depende do verbo, ele os selecionará. Por exemplo, *Maria(1) disse um segredo(2) a José(3)*. Maria (SN 1) é o sintagma que exerce a função de sujeito, refere-se necessariamente a um ser humano, Bussi & Vilela (1986), Vilela e Koch (2001) e Matheus et alii (1989), compartilham as mesmas opiniões sobre o *sujeito* como complemento do verbo.

Em última análise, a valência do verbo é que determinará que espécies de complementos vai admitir nas suas realizações frásicas. Às vezes certos verbos só admitem o preenchimento do espaço 'A' ou A1 por lexemas que só podem ser 'seres vivos, outras vezes seres menos animados, da mesma forma o espaço B ou A2 também será determinado pelo verbo.

3.6

Halliday

Halliday defende a lingüística funcional sistêmica³⁵, que é uma teoria da linguagem centrada na noção de *função da linguagem*. A função da língua para ele é central, importa saber 'como a língua faz' e 'o que ela faz' e não os elementos da língua e suas combinações.

A língua para Halliday, não poderá ser dissociada do significado, porque o significado é que constitui as relações de comunicabilidade e interações da língua. A lingüística sistêmica funcional considera a função e a semântica como as bases da língua humana e das atividades comunicativas.

Os funcionalistas sistêmicos partem do contexto social, para observar como a língua age neste contexto e como é influenciada por ele. O contexto situacional é constituído através de um relacionamento sistêmico entre o meio social e a organização funcional da linguagem. Por isso é que num paradigma funcional vê-se a relação entre os componentes mais visíveis da organização lingüística: o pragmático,

³⁵ A Teoria Sistêmica de Halliday é baseada na Teoria de Firth, que por sua vez inspirou-se nos trabalhos de Malinowski e Worf. A Teoria Lingüística Firthiana provém da tradição etnográfica de Boas-Whorf-Sapir e da Escola de Praga. A teoria Sistêmica tem, portanto, como base o funcionalismo etnográfico e o contextualismo desenvolvido por Malinowski.

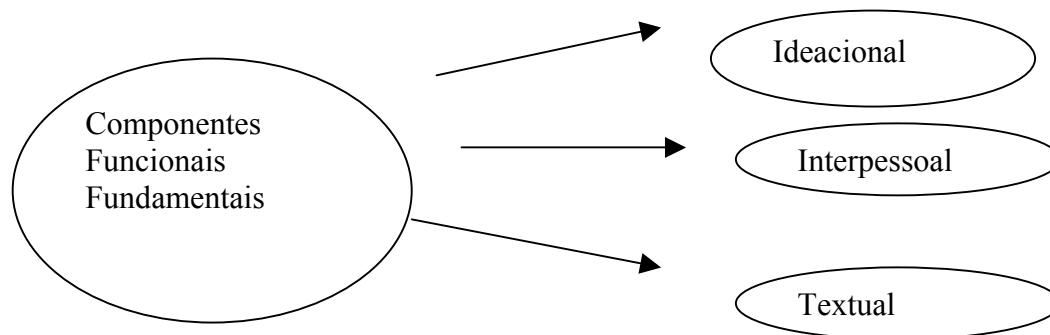
o semântico e o sintático, de tal modo que o primeiro, o pragmático é mais abrangente (Neves, 1994, p. 116)

O funcionalista, de um modo geral, considera como requisito fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso. Sente a necessidade de descrever as expressões verbais relativamente ao seu funcionamento em contextos sociais específicos. As teorias funcionalistas descrevem a língua levando-se em conta os tipos de atividades discursivas em que é usada e as construções lingüísticas utilizadas nessas atividades. Nesse sentido há a interrelação em todos os níveis das atividades discursivas: sintático, semântico e pragmático.

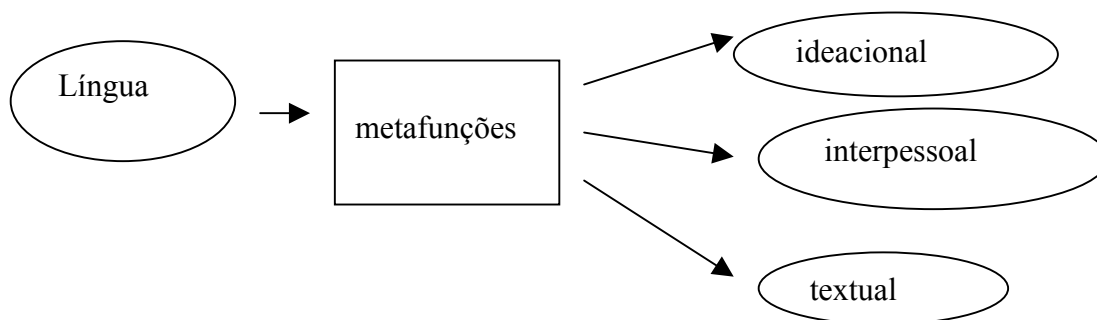
A gramática sistêmica é paradigmática, isto é, coloca nas unidades sintagmáticas apenas a realização, reservando para o nível abstrato e profundo, as relações paradigmáticas. Para Halliday (1994), o sistema gramatical equivale ao código semântico de uma língua e os componentes funcionais são fundamentais para o significado.

Todas as suas teorizações costumam ser bastante ligadas ao comprometimento funcional, de maneira que a preocupação primordial dele consiste em explicar como a linguagem é usada, “assim como todo texto escrito ou falado desenvolve-se em algum contexto são os usos da linguagem que modelaram todo esse material”.

Os componentes funcionais são apresentados, por Halliday, de acordo com três tipos básicos:



Com relação à língua Halliday também atribui três metafunções:



Como afirma Halliday, a linguagem desempenha na vida dos indivíduos papéis numerosos e variados, servindo a certos tipos especiais de demanda. A verdade é que abandona os pontos de vista sociológicos ou psicológicos e volta-se para a própria natureza da estrutura lingüística. O lingüista ao considerar a língua em termos de uso, depreenderá três metafunções da linguagem: a função ideacional (relativa à expressão do conteúdo cognitivo), a função interpessoal (relativa à expressão da interação social) e função textual (relativa à expressão do relacionamento lingüístico).

A gramática sistêmica de Halliday corresponde à realização simultânea de cada uma dessas metafunções, preocupa-se com a multiplicidade funcional refletida na organização interna da língua. A função ideacional compreende a atuação de diferentes itens como nomes/ pronomes; verbos e circunstantes para a organização semântica da frase. O nome, dentro do sistema de transitividade, é o participante de processos e assume uma função sintática na estruturação do enunciado, como a função de *sujeito*.

3.6.1

A Transitividade para Halliday

A concepção de transitividade para Halliday difere-se daquela que é costumeiramente apresentada nas gramáticas tradicionais. Embora, não seja objetivo primordial deste trabalho a transitividade, uma vez que não selecionei um grupo de verbos e o enfoque dado é sobre as *definições* e o *sujeito*, torna-se praticamente

inviável falar da teoria funcionalista de Halliday sem mencionar a visão particular que ele possui de transitividade.

Vale a pena comentar o tratamento dado pelas gramáticas tradicionais à transitividade. Prioriza-se nestas obras a complementação verbal à direita do verbo, porém para Halliday transitividade nada lembra a complementação verbal à direita do verbo. O verbo, diferentemente da abordagem tradicional, é o centro dinâmico da frase e especificará os papéis dos elementos (dos argumentos) como ator, meio, meta.

As diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado, ligando-se às diferentes funções da linguagem. A transitividade é que irá especificar os papéis dos elementos da frase. O sistema de transitividade codifica a experiência do mundo e liga-se com a função ideacional. Tal sistema traduz o mundo da experiência, mediado por um conjunto de processos equivalentes a ações. O processo referido é central para a transitividade; aos participantes e circunstâncias são designados fazer, acontecer, sentir. Halliday (1994) identifica sete processos a saber : material, comportamental mental, verbal, relacional, existencial e meteorológico e todos eles são realizados por verbos em língua portuguesa.

Segundo Santos (2002, p. 48) todas as mudanças realizadas pelo falante, com relação às estruturas frásicas, dão-se exclusivamente em direção do verbo, para depois se estender aos elementos à esquerda e à direita do verbo. Caberá, portanto, ao falante selecionar o predador (verbo) e os elementos que irão acompanhá-lo.

Assim, a transitividade sob a ótica de Halliday é um sistema que contempla participantes envolvidos com o(s) processo(s), o(s) próprio(s) processo (s) e as circunstâncias (s) deste(s) processo (s). Circunstâncias, processos e participantes são categorias semânticas que explicam – de modo geral – como os fenômenos do mundo real são representados nas estruturas lingüísticas.

3.6.2 O Sujeito para Halliday

Segundo Halliday (1994, p. 36) existem diferentes tipos de sujeito: o psicológico, o gramatical e o lógico. Koch e Vilela (2001: p. 367) afirmam o “sujeito é o elemento frásico obrigatório e, conjuntamente, com o predicado, constitui a frase mínima e estabelece concordância, em pessoa, número, com a forma verbal”.

O *sujeito*, na visão destes três autores, é configurado pela semântica do lexema predicado, dependem diretamente da semântica do predicado. O participante do processo será estudado por Halliday de acordo com o papel que ele desempenha no sistema de transitividade estruturado em torno do verbo e até das circunstâncias verbais:

(83) *Carnes secam ao sol* e (84) *Roupas secam no varal*

em (83) e (84) O *sujeito Carnes* e *Roupas* participam do processo verbal, mas os circunstâncias *o sol e no varal* que ocupam o A2 é que desempenham a função de . agentes causadores no processo da estrutura frasal. Em (85) *O vento seca seus cabelos*, o *sujeito vento* é menos animado e é o instrumento através do qual o processo se realiza, *seus cabelos* é um participante obrigatoriamente afetado (o meio).

Nestes outros exemplos, (86) *O pudim cozinhou em fogo baixo* e (87) *As mães cozinham para todos os escoteiros*. Temos em (86) o sujeito (A1) como o meio onde o processo se realizou, o afetado e A2 (em fogo baixo) é circunstância que tem papel de agente, um causador opcional. Em (87) *As mães* é o *sujeito* ator do processo verbal, o papel desempenhado é de agente.

Os exemplos (83), (84) e (86) apresentam características de receberem o processo desencadeado pela ação verbal. Segundo Santos (2002, p. 71) na ótica da gramática funcional de Halliday (1994), os processos verbais estruturam-se da mesma

forma em um sentido abstrato, o que interessa fundamentalmente para Halliday é a fonte do processo, o que o ocasionou.

Ainda segundo Santos (2002), que faz uma análise pormenorizada dos aspectos semânticos dos verbos de medida, Halliday defende que todos os processos verbais podem ser analisados transitiva quanto ergativamente. A ergatividade estudada por autores como Mira Mateus et alli (1989), Lyons (1979), Vilela (1992) apresentada, de forma sintética, compartilha a seguinte característica: diz respeito a verbos preenchidos obrigatoriamente por elemento nuclear *sujeito(Al)*.

Interessa nesta pesquisa considerar que do ponto de vista dos processos estudados por Halliday, teremos com relação aos verbos transitivos uma distinção relativa ao processo verbal entre ator e objetivo, como no exemplo, (104) Maria cozinhou o feijão e (104 a) O feijão cozinhou. Na perspectiva ergativa, segundo análise de Santos (2002, p. 78), o que será focalizado é o fato de o processo poder ocorrer por si só ou de ter sido causado “isso quer dizer que na forma ergativa o processo é acompanhado por um participante obrigatório afetado (o Meio) e um causador opcional” (Santos, *ibid.*, p.78). Assim, *Maria* é o *agente* e o *feijão* seria o *meio*, bem como em (105) O estilete rasgou a toalha, *O estilete* também seria o agente e a *toalha* o meio.

Como se pode perceber, não me detive a uma análise pormenorizada dos processos constituintes da gramática de Halliday. A tentativa foi muito mais de fornecer os subsídios para favorecer o esclarecimento de determinadas frases em língua portuguesa, que em face das definições dadas nas gramáticas pesquisadas dificultam, de certa forma algumas relações entendimento.